



## **FOLHA INFORMATIVA Nº 33-2010**

### ***Fórum Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular***

**Por: Ricardo Salomão**

Em Outubro de 2010 os proprietários das barracas de praia no cordão dunar que se estende da Praia da Saúde à Praia da Mata, na Costa de Caparica, foram notificados pela sociedade CostaPolis para removerem as suas edificações. Foi-lhes dada a informação de que num período de 30 dias as casas de madeira deveriam ser abandonadas para que se processasse a demolição de todas elas.

De imediato, todos quantos contribuem para dar a conhecer e a divulgar a **Cultura dos Pescadores** se uniram na tentativa de salvar este conjunto de edificações, consideradas muito importantes. O Gabinete do projecto da Cultura Avieira deslocou-se de imediato aos Palheiros da Praia da Saúde e produziu a Folha Informativa nº 30. O Gabinete da Cultura Avieira apoiou e enquadrou a causa da salvação destes Palheiros em colaboração com a **Comissão de Proprietários**, entretanto criada.

**Para divulgar a importância destes Palheiros, está a ser organizado o *Fórum Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular*, que terá lugar pelas 15 horas do dia 27 de Novembro de 2010, no Hotel Costa da Caparica, na Av. General Humberto Delgado.**

Nesse evento, que começa com uma visita, da parte da manhã aos Palheiros da Costa da Caparica e também aos da Cova do Vapor, terá uma sessão de debate público, a partir das 15:00 horas onde diversos especialistas irão expor as razões da importância patrimonial destes Palheiros, defendendo a sua preservação e qualificação. No fim deste texto apresenta-se a lista dos oradores convidados.

Na verdade, a destruição destas edificações da Costa da Caparica não é nada de novo, como a imagem abaixo demonstra. As casas de madeira estendiam-se nos anos 60 até ao centro da então vila, há menos de 40 anos, e até hoje terão desaparecido mais de metade.

### **Ilustração 1 - Av. General Humberto Delgado (anos 60/70).**



**Nota: veja-se os Palheiros à esquerda, pintados de diversas cores, situados perto do mar.**

O mesmo se pode dizer em relação à Cova do Vapor, aldeia de pescadores vizinha da Costa de Caparica, apesar de constituir uma realidade muito diferente por múltiplas razões.

Na minha experiência pessoal, na Costa da Caparica desde o meu nascimento em 1956, primeiro como “banhista” dos três meses de verão, depois como residente de fins-de-semana e férias, e finalmente como residente permanente, tenho clara memória da presença destas “barracas” de forma mais ou menos contínua e com características comuns, apesar das diferenças, desde pouco depois da Trafaria até à Fonte da Telha, numa extensão de vários quilómetros.

A percepção que existia, e parece permanecer, é que se tratava de barracas de pescadores, barracas dos banheiros (a maior parte das vezes também pescadores), barracas de comida, barracas de aprestos, etc. edificações sem arquitectura, pobres nos materiais, em palavras duras e directas: coisas sem valor.

No Planeamento Linguístico, uma das três áreas de investigação e acção é a do Estatuto. Pode-se dizer que está relativamente bem estudada, sendo clara a influência da percepção social do estatuto das línguas, as que são oficiais, as que têm um estatuto socialmente percebido como dominantes, logo vantajosas, e, claro, as outras, de comunidades percebidas como não influentes. Estas são as que desaparecem.

O mesmo se passa com os falares regionais, na forma como uma “pronúncia” marca o seu falante, sendo aqueles que socialmente são percebidos como de menor prestígio os que irão desaparecendo por influência da norma, estabelecida a partir do falar das elites, logo, de maior prestígio.

Perdoem-me esta digressão pelas águas que me são mais familiares, mas é o exemplo que posso confortavelmente oferecer para melhor enquadrar a *Arte Popular* e compreender o processo pelo qual estas realidades objectivas passam despercebidas, apesar de estarem obviamente tão presentes.

Estas barracas são avaliadas como *sem valor* apenas por constituírem expressão cultural dos “mais pobres entre os pobres”. A percepção depreciativa advém da percepção do seu estatuto social.

No entanto, ao mesmo tempo, reconhecemos as mesmas edificações numa quantidade enorme de casos da exploração do seu valor icónico e identitário, seja constituindo cenário de telenovelas, revistas de moda, revistas turísticas, mesmo em postais de turismo da Costa da Caparica onde são tituladas como Casas Típicas da região.

Fomos assistindo nas últimas décadas à sua destruição gradual, umas vezes por acção das intempéries, outras pela acção humana, em nome do desenvolvimento, em nome da qualificação da habitação dos pescadores. A sua utilização contínua como símbolos identitários devia ter-nos alertado para a sua importância, mas a verdade é que na Costa da Caparica apenas restam hoje 45 destas edificações.

## **1. Os Palheiros**

Desde os finais do séc. XIX que os pescadores, as suas redes, barcos, casas, etc. eram identificados e se chamava a atenção para a sua importância. Investigadores de várias áreas científicas deles se davam conta, como Baldaque da Silva, Leite de Vasconcellos, Jaime Cortesão, Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Orlando Ribeiro e, fundamental para o assunto que aqui nos traz, Raquel Soeiro de Brito, autora da obra seminal “Palheiros de Mira” (2009) publicado pela primeira vez em 1960.

Ao mesmo tempo, nas artes, são inúmeras as pinturas, assim como referências literárias, tão explícitas e variadas como Raul Brandão, António Botto, Alves Redol ou José Saramago.

Nos dias de hoje estamos perante uma evidência que qualquer pessoa pode testemunhar com os seus próprios olhos nos locais, ou através de uma busca rapidíssima na

Internet: existe realmente um contínuo deste tipo de edificações em toda a frente atlântica portuguesa, assim como nos estuários do Tejo e Sado, expressão das comunidades de pescadores que povoaram, e povoam, os areais.

Apresento as seguintes quatro fotos que documentam fácil e claramente essa continuidade dos Palheiros:

### **Ilustração 2 – Palheiros da Costa Nova**



**Ilustração 3 - Palheiros da Praia de Mira - a igreja**



**Ilustração 4 - Palheiros da aldeia avieira de Palhota - Cartaxo**



**Ilustração 5 - Palheiros da Costa da Caparica – Praia da Saúde (um dos 45 ainda existentes)**



No domínio da arquitectura, este tipo de edificações tem também despertado trabalhos do maior interesse, nomeadamente em torno da versão palafítica das aldeias avieiras da Borda-d'água (Pedro Manuel dos Santos Lima Gaspar & João Palla, 2009) e que têm contribuído para a tipificação dos Palheiros, através por exemplo da intervenção dos Arquitectos Sem Fronteiras, na tentativa de encontrar modelos de requalificação dos Palheiros existentes ou mesmo de modelos para a construção de novas edificações que respeitem a identidade dos conjuntos já existentes.

Os Arquitectos Sem Fronteiras – Portugal já manifestaram o seu apoio aos proprietários dos Palheiros da Costa da Caparica para produzirem as orientações técnicas de qualificação destes Palheiros, garantindo a preservação da sua identidade.

## **2. Os Palheiros como Património**

Por todas as razões que temos vindo a apresentar, podemos então concluir que os Palheiros constituem uma das formas de expressão da cultura dos pescadores, que naturalmente se inscreve na cultura popular portuguesa.

Apesar da discriminação que todas as formas de cultura popular sofrem, especialmente comparadas com as suas congéneres eruditas, já não é polémico o reconhecimento do seu valor. Podemos encontrar isso na arte ou na ciência. Não é novidade.

É também pacífico que a par do valor histórico desses “objectos”, das casas, barcos, apetrechos de pesca, e outros (que a musealização criada em diversos locais, como por exemplo Mira, vem confirmar), existe ainda um outro valor, que se acrescenta, e que é o valor social, identitário, de memória de uma comunidade.

O litoral sempre se constituiu numa convergência de povos, de contacto entre múltiplas comunidades. Foi assim no passado e continua a ser no presente. A pesca e a rede de comercialização do pescado é um exemplo dessa interacção. Mas a procura do litoral, especialmente a partir do século XX não teve tanto a ver com a pesca como com outros tipos de motivação, especialmente acompanhando a disseminação da praia como hábito individual e colectivo de lazer.

Na Costa da Caparica, os banhistas, os veraneantes, foram interlocutores e cúmplices dos pescadores desde muito cedo, havendo registos evidentes já no século XIX. Partilhavam ou alugavam as casas dos pescadores, havendo igualmente registos de que construíam casas de madeira seguindo a tipologia arquitectónica das casas de pescadores. Podiam – e construíam também – outro tipo de casas, mas houve quem reproduzisse os Palheiros, partilhando a vivência dos pescadores nos areais, em vez de construir um “chalet” na vila.

Esta é uma outra realidade que temos de absorver. Os Palheiros inscrevem-se numa tipologia de edificação, não sendo por isso considerados como uma casa que tem de ter um proprietário que seja pescador. A questão da propriedade do palheiro não tem, por isso, qualquer relevo nesta discussão.

Se há um traço constante e identitário na Costa da Caparica é o isótopo dos pescadores, que tem também de ser compreendido integrando a sua relação com os outros utilizadores do areal – os banhistas – com quem partilhavam uma relação particular com a natureza e também com a liberdade.

Penso que quase toda a gente que frequentou a Costa da Caparica, antes dos tractores entrarem na faina, ajudou os pescadores a puxarem as suas redes do mar, arrastando o saco prateado vibrante de peixe através do mar, até sair da espuma das ondas para o areal. Nada era mais natural para banhistas ou pescadores.

Nos dias de hoje, durante o verão, a Costa da Caparica é atravessada por centenas de milhares de pessoas que procuram as suas praias. O seu número cresceu com o fácil acesso das duas grandes cidades vizinhas: Almada e Lisboa, ao contrário do número e importância dos pescadores, que não cessam de diminuir.

A memória da Costa da Caparica é composta por todas estas vertentes. É este passado que lhe confere a sua identidade, a sua razão de existir. Os Palheiros são uma parte fundamental dessa memória, dessa identidade e também dessa razão primordial, dessa narrativa ordenadora do território, quer no plano físico, quer também no plano imaterial, do simbólico ao saber, incluindo o de nós próprios.

Os Palheiros são património da Costa da Caparica, a sua explicação e também o símbolo da sua fundação. Mesmo sabendo que objectivamente estas edificações são relativamente recentes, na sua maioria das décadas de 40 e 50 do século XX e que hoje os seus proprietários não são pescadores.

Sabemos que estes Palheiros estavam implantados junto à Cova do Vapor, na Lisboa Praia. Devido aos avanços do mar, eles foram sendo transportados pelos 6 km de areal, um a um, sobre troncos de madeira e puxados primeiro por juntas de bois, alugadas na Charneca da Caparica e depois por um pequeno tractor. Este empreendimento foi contratado a um comerciante da Cova do Vapor, o *Manuel da Fruta*, cujos filhos são ainda testemunhos vivos, sendo um deles membro da Associação de Moradores.

Este pedaço de história da Costa da Caparica tem vivido numa situação de indefinição legal. Por um lado, são identificados e registados legalmente os seus proprietários, desde o início. Não há nenhuma ilegalidade. Por outro, devido à sua localização, vivem numa zona de indefinição, em que, ao contrário dos outros proprietários do país, não têm propriedade sobre o terreno.

Esta situação é também frequente nas aldeias avieiras, onde as Câmaras Municipais não conseguem abranger nos seus PDM os terrenos que pertencem à Administração da Região Hidrográfica do Tejo. Os pescadores são donos das casas, mas não dos terrenos.

Considerando que desde 1991 não é permitido aos proprietários destes Palheiros fazerem obras de manutenção ou de qualificação nas suas casas, parece que a orientação que tem presidido, apesar de não ser explícita, é a de ver estes Palheiros irem sendo destruídos pela acção do tempo.

A acção da sociedade *CostaPólis* não é completamente dissonante, apenas acelera e explicita o objectivo de destruir os Palheiros.

Parece, assim, claro, que a raiz do problema reside na identificação do valor patrimonial dos Palheiros e na consciencialização de todas as autoridades para a importância destas identificações para a Arte e Arquitectura Popular, para a Cultura dos Pescadores, em particular, e sobretudo para a própria identidade e história da Costa da Caparica.

O Fórum ***Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular***, que iremos realizar no dia 27 de Novembro de 2010, pretende apresentar ao público em geral e à

comunidade capariquenha em especial, os autores e investigadores que têm estudado este tipo de património há várias décadas, demonstrando assim o seu valor.

Estarão também presentes autarcas de outras terras de pescadores, como Vieira de Leiria e Mira, que testemunharão a sua experiência, a qual presentemente passa pela preservação e qualificação dos Palheiros que sobreviveram à destruição de décadas anteriores.

### **3. Desenvolvimento e identidade**

Já percebemos quais são as razões que levam a maior parte das pessoas, e infelizmente os decisores também, a desvalorizar o património de origem popular. Vimos como essa falta de sensibilidade para com o valor destes Palheiros, não os diferenciando das barracas de um qualquer bairro ilegal urbano, conduz à destruição deste património.

Normalmente, essa destruição é feita em nome do desenvolvimento. Não é difícil de reconhecer a *bondade* deste argumento. Os Palheiros dos pescadores são edificações muito pobres, sendo natural que os seus habitantes ansiassem por melhores condições de habitação.

Essa contingência, a necessidade de proporcionar melhores condições aos residentes, foi a força motora que conduziu à destruição dos Palheiros, aliada à percepção – errada, como já vimos – de que se tratavam de edificações sem valor.

Se é fácil aceitar a necessidade de melhorar as condições de habitabilidade, a verdade é que não seria necessário destruir os Palheiros. Existiam muitas soluções de qualificação dos Palheiros, especialmente recorrendo a novas tecnologias de construção. Assim se tivesse percebido que os Palheiros são valiosos.

A Professora Raquel Soeiro de Brito afirma que se não se tivessem destruídos os Palheiros de Mira, mais de 300, hoje seriam possivelmente considerados Património da Unesco. Isto é um valor.

O caso destes Palheiros na Costa da Caparica é muito diferente. Os seus proprietários têm meios para a sua qualificação, sendo, na sua esmagadora maioria, casas de férias e/ou de fim-de-semana, não havendo casos sociais a resolver.

A questão aqui é, primeiro, a insensibilidade ao seu valor patrimonial, e, segundo, o conceito de desenvolvimento que tem sido dominante.

A Costa da Caparica é relativamente recente. Mário Silva Neves (2008, p. 64), através da pesquisa de óbitos de pescadores na Costa de Caparica, apresenta documentação desde 1736. Sempre houve – e ainda há – registo de pescadores provenientes do Algarve e Pescadores provenientes do Norte.

Mário Silva Neves apresenta ainda (p. 66) uma reprodução de um original datado de 1740:

“Nova Relação da Batalha Naval, que Tiveram os Algaravios com os Saveiros nos Mares, que confinaõ com o Celebrado Paiz da Trafaria”.

Curiosamente, por muitos anos, a linha divisória dos pescadores do norte e do sul era a presente Rua dos Pescadores, onde presentemente resido.

De destacar, ainda na referida investigação de Certidões de Óbito, a tragédia ocorrida a 2 de Fevereiro de 1750 que vitimou sete pescadores, sendo 6 de Ílhavo e um da Galiza. Este último pode ser importante para a tese defendida pelo proeminente investigador Alfredo Pinheiro Marques (2004).

Esta afluência de pescadores para os areais da Costa da Caparica é explicada no contexto migratório quer do Norte quer do Sul, estando, no primeiro caso, intimamente relacionada com a evolução da linha de costa e a sua influência na região lagunar de Aveiro (Henrique Souto, 2003).

De qualquer das formas, é preciso ter em consideração a grande mobilidade das comunidades de pescadores e a sua sazonalidade de fixação. Apesar disso, as provas das certidões (óbitos, nascimentos e casamentos) parecem apontar os inícios do século XVIII. Apesar de recente, é sintomaticamente anterior à data da independência dos Estados Unidos da América.

Não é nosso propósito fazer agora uma resenha da história da localidade, nem essa é a minha especialidade, porém, parece indiscutível a categoria fundacional dos pescadores na Costa da Caparica.

No entanto, há que ter também em conta a tradição banhista, ou balnear, claramente documentada pelo menos desde o século XIX, da Trafaria à Fonte da Telha. Aponto o exemplo da inauguração, em 1901, pela Rainha D<sup>a</sup> Amélia, esposa de D. Carlos, da primeira colónia balnear portuguesa, na Trafaria, numa continuidade evidente até aos dias de hoje, onde, além das praias, a talassoterapia também já faz parte dos empreendimentos locais.

Pescadores e veraneantes comungaram no amor ao mar e à natureza numa relação de liberdade que pude testemunhar pessoalmente, mas que se inscrevia numa tendência claramente crescente.

A pressão da procura de veraneio de verão aumentou, depois os residentes de 2<sup>a</sup> habitação e já no último quartel do século XX, muitas das segundas habitações foram aproveitadas pelos filhos para residência permanentemente. A forte urbanização atraiu ainda mais residentes, tendo, pelo censo de 2001, 6.330 habitantes. No entanto, pelos números da Junta de Freguesia são 11.708, sendo 7.800 emigrantes e ainda uma população flutuante nos

meses de verão, que a Junta de Freguesia estima em cerca de 35.000. A Costa de Caparica foi, naturalmente, elevada à categoria de cidade em 9 de Dezembro de 2004.

A par deste crescimento, a comunidade dos pescadores tem sentido as dificuldades que a pesca artesanal tem sofrido nas últimas décadas e que decerto todos temos acompanhado nos média nacionais. Ainda no início deste ano de 2010 o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul na Costa da Caparica, Lídio Galinho, denunciava que metade das 400 famílias de pescadores da Trafaria à Fonte da Telha passavam fome.

Os pescadores são hoje uma minoria na Costa da Caparica, sem capacidade económica competitiva com os outros interesses locais como a restauração, hotelaria, construção civil e outros.

Na Costa da Caparica de hoje há ainda outros grupos socioculturais importantes, alguns provenientes da emigração (africana, brasileira, e outras). Outros grupos, como os ciganos, apesar da sua mobilidade característica, constituem uma importante comunidade residente.

Não é nosso objectivo, também, escapelizar a forma como se chegou até à situação presente, nem apresentar uma análise das características e especialmente da situação presente das comunidades residentes (apesar de se verificarem situações muito dramáticas). Também não é nosso objectivo debater a forma como o desenvolvimento e o progresso foram entendidos anteriormente. Não se pode voltar atrás. Apesar de ser proveitoso compreender como chegámos até aqui.

A questão, hoje, parece-me ser a discussão de como e para onde partiremos com aquilo que temos. Que futuro estamos a construir?

Por um lado, o percurso de suburbanização e descaracterização da Costa da Caparica é evidente. Por outro lado, durante os meses de verão, a cidade multiplica os seus residentes e é passagem de milhões de habitantes de Almada e Lisboa.

Temos alguma coisa a ganhar com a preservação da identidade, ou, pelo contrário, devemos abraçar uma modernização descaracterizada, familiar a todos em geral, mas a ninguém em particular?

Bem conheço a desconfiança dos agentes económicos em relação às coisas da cultura, gastos sem lucro, pelo menos directos, como os consideram. Ponho à vossa consideração um caso que considero exemplar: o *Hotel Costa da Caparica*.

Esta unidade hoteleira situada na Rua dos Pescadores, tem de competir com outras muito mais modernas e apetrechadas que entretanto se estabeleceram na região. Qual a estratégia de marketing? Este foi o 1º Hotel a Sul do Tejo – como tal, investem na identidade, organizam exposições da Costa Antiga, dos pescadores, editaram um desdobrável e também

um bonito livro com a história do hotel. Eles têm uma identidade, e isso tem o seu valor. São uma empresa privada, naturalmente orientada para o lucro. Na sua análise SWOT, para os gestores do *Hotel Costa da Caparica*, a identidade é uma força, um valor.

Apesar do enorme benefício que a sociedade *CostaPólis* introduziu na cidade, a queixa mais habitual dos residentes é a falta de identidade, especialmente nas novas edificações de apoio às praias. Os turistas também referem esse aspecto. Foi publicada uma carta de turistas alemães que diziam que, apesar dos ganhos no ordenamento e limpeza, a verdade é que podiam estar em qualquer praia de qualquer país.

A identidade, a memória, têm um grande valor competitivo, especialmente no turismo, que é uma clara vocação da Costa da Caparica. Sabe-se que, cada vez mais, o turismo procura conteúdos, história, contacto com outras realidades humanas. Afinal, não há aqui uma contradição, antes uma complementaridade que reforça o valor acrescentado de um destino.

Os Palheiros da Costa da Caparica têm provado ao longo dos anos exercer essa atracção simbólica, identitária, singular, como demonstra o seu aproveitamento em revistas, telenovelas, videoclips e outras formas de comunicação.

**Os proprietários não solicitam verbas públicas para a sua qualificação. Comprometem-se a qualificar os Palheiros segundo directrizes modelares definidas pelos Arquitectos Sem Fronteiras – Portugal e comprometem-se ainda no trabalho de reconstituição da memória das casas e suas famílias, destinada à publicação, e da qual sairá um panfleto turístico, com um percurso explicativo.**

Fica então claro como estão os pratos na balança da decisão: de um lado, a destruição dos Palheiros. Do outro, a sua qualificação e também o início de um percurso de reforço identitário da Costa da Caparica, que, não prejudicando ninguém, pode beneficiar todos.

Em vez de simplesmente fazer desaparecer este conjunto importante de edificações, e com ele esta parte da memória, este legado cultural, a ideia de projecto é também a de começar a trabalhar na cultura local dos pescadores, integrando casas, barcos, folclore e outras formas de expressão de cultura popular, tal qual se vem fazendo com a Cultura Avieira com assinalável sucesso.

A Comissão da Cultura Avieira é um exemplo extremamente positivo do papel da sociedade civil e da cidadania. Um exemplo que contraria a percepção generalizada. A sua participação nesta causa dos Palheiros da Costa da Caparica vem trazer um exemplo de esperança no papel dos “homens de boa vontade” e nos resultados da cooperação para objectivos socialmente responsáveis e enriquecedores da nossa vivência enquanto povo e enquanto cidadãos.

Esperamos, no Fórum de dia 27, poder comprovar o valor patrimonial destes Palheiros, apresentando um caminho alternativo à sua destruição, um caminho que reforça o valor da identidade e da memória. Tal como se poderá imediatamente constatar pela contribuição dos prestigiados oradores que de seguida apresento, o caso da defesa dos Palheiros da Costa da Caparica é sólido e eloquente.

Não falte ao Fórum. A sua presença é fundamental para demonstrar o apoio desta causa e legitimar o interesse público deste património.

## Fórum Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular

**27 de Novembro 2010 (sábado)**

**10:00/12:30 Horas**

Encontro na Praia da Saúde

Visita aos Palheiros da Praia da Saúde e da Cova do Vapor

**15:00/19:00 Horas**

Debate Público no Hotel Costa da Caparica

### ORADORES / CONVIDADOS:

**Prof. Catedrática Raquel Soeiro de Brito** - Vice-Presidente da Academia de Marinha

**Prof. Dr. Alfredo Pinheiro Marques** - Director do CEMAR - Centro de Estudos do Mar

**Prof. Dr. Henrique Souto** - FCSH - Universidade Nova de Lisboa

**Dr. António Maia Nabais** - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

**Arq. João Palla** - Arquitectos Sem Fronteiras - Portugal

**Dr. João Serrano** - Presidente da AIDIA - Cultura Avieira, Cultura Nacional

**Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira** - Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande

**Dr. João Reigota** - Presidente da Câmara Municipal de Mira

**Sr. Joaquim Vidal Tomé** - Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria

**Sr. Hermínio Freitas Nunes** - Historiador

**Dra. Catarina Manalvo** - Porta voz dos proprietários dos Palheiros

### MODERADOR:

**Prof. Dr. Ricardo Salomão** - CEMRI - Universidade Aberta

## Comissão Organizadora do Fórum:

### Comissão de Proprietários dos Palheiros da Costa da Caparica

[Palheiroscostadacaparica@gmail.com](mailto:Palheiroscostadacaparica@gmail.com)

### AIDIA - Cultura Avieira, Cultura Nacional

[aidiapt@gmail.com](mailto:aidiapt@gmail.com)

### CEMAR - Centro de Estudos do Mar

[mtm@cemar.pt](mailto:mtm@cemar.pt)

### CEMRI - Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta

[ricsal@univ-ab.pt](mailto:ricsal@univ-ab.pt)

## LINKS ÚTEIS:

**Facebook:** <http://www.facebook.com/pages/Salvem-as-Casas-Tipicas-da-Costa-da-Caparica/170303222981670>

**Petição:** <http://www.peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=P2010N3592>

**Website:** [www.forumcostadacaparica.org](http://www.forumcostadacaparica.org)

## Bibliografia:

Brito, Raquel Soeiro de. (2009). *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores*. [Reedição fac-similada]. Praia de Mira: Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque CEMAR.

Gaspar, Pedro Manuel dos Santos Lima, & Palla, João. (2009). "Construções palafíticas da bacia do Tejo : levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira". *Artitextos*(8), 153-174.

Marques, Alfredo Pinheiro. (2004). *Portugal, Galicia e o Mar: Os Pescadores e as Orixe dos Descubrimentos Portugueses*. Trabalho apresentado em *Até o Confín do Mundo: Diálogos Entre Santiago e o Mar*.

Neves, Mário Silva. (2008). *Costa da Caparica, no Areal do Tempo*. Costa da Caparica.

Souto, Henrique. (2003). "Movimentos migratórios de populações marítimas portuguesas". *GeoINova, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, FCSH/UNL*(Nº 8), 165-177.